



**SinTUFABC** | Sindicato dos Trabalhadores das  
Universidades Federais do ABC



## **IV CONGRESSO DO SINTUFABC - Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Federais do ABC**

### **RESOLUÇÕES DO PLANO BIANUAL DE LUTAS 2020-2022**



## **RESOLUÇÃO PARA O BIÊNIO 2020-2022**

### **CONJUNTURA INTERNACIONAL**

Conforme apresentado no congresso do SinTUFABC de 2018, o capitalismo encontra-se em crise estrutural. Nesses dois anos essa crise aprofundou em todo o mundo. A economia mundial ainda não conseguiu se recuperar da crise cíclica de 2008 não conseguindo, por exemplo, voltar às taxas de crescimento pré-2008. Como consequência, a precarização avançou no mundo todo.

Com o desenrolar das duas grandes guerras e os acordos destas os EUA se despontam como a única superpotência mundial, a superioridade dos EUA acaba por tornar possível um arco de alianças e do potencial de guerras regionais e estratégicas em caráter permanente. Apesar do domínio militar e tecnológico americano do globo, da conformação dos blocos econômicos e da desenvoltura da China, do ponto de vista da crise econômica, a mesma se tornou aguda e permanente. A guerra comercial assola os quatro cantos do planeta, as desigualdades econômicas e sociais, o desemprego, a violência, a fome e os flagelos humanos e ambientais estão permanentemente na ordem do dia. Uma necessidade acentuada de destruição de forças produtivas se torna inevitável para um novo ciclo capitalista. Assim como fora em 1914 e 1939 para um alívio momentâneo do atual nível da crise econômica e de superprodução somente a guerra a nível global poderá saciar os apetites burgueses, isto se os arsenais atômicos não acabarem com todos nós. O processo de conformar uma destruição de forças produtivas e a consequente recolocação do domínio dos mercados globais estão em gestação e se desenvolvendo a algumas décadas, aguçando a cada dia, deixando a guerra comercial como impotente da resolução da problemática. Não são desprovidos de razão científica as análises apresentadas em cada momento de aguçamento dos conflitos militares a exemplo do assassinato do General iraniano Qasem Soleimani, pois, trata-se de uma necessidade intrínseca ao atual nível de crise estrutural do modo de produção capitalista.



O imperialismo, corporações e bancos são os que ditam as regras do mundo capitalista e os Estados estão submetidos a eles. Nas últimas décadas houve um aumento absurdo da dívida pública em todos os países, onde os Estados assumiram o papel de resgatar o capital financeiro em crise (bancos, financeiras e empresas de especulação), para 2020 o congresso Brasileiro aprovou 45% do orçamento para dívida pública, incluindo o pagamento de juros, amortizações e rolagem da dívida, às custas dos trabalhadores. Concomitante com as retiradas de direitos sociais e trabalhistas. Por isso, os capitalistas vão continuar aprovando reformas com a argumentação do controle fiscal e nos países em que as reformas já foram implementadas, tratarão de aprofundá-las.

Segundo relatório da ONG britânica Oxfam, o 1% mais rico da população mundial possui a mesma riqueza que os outros 99%, e apenas oito bilionários possuem o mesmo que a metade mais pobre da população no planeta. Por outro lado, a pobreza é realidade de mais de 700 milhões de pessoas no mundo.

Para tentar recuperar as taxas de lucro e favorecer especialmente a parcela financeira do Capital, ataques à classe trabalhadora têm sido feitos em todos países e esferas. No Brasil foi aprovada a Contrarreforma da Previdência e houve o aprofundamento da contrarreforma trabalhista. Várias contrarreformas da previdência estão sendo aprovadas os estados e colhemos os frutos da PEC 95 (PEC do teto de gastos) que destrói o serviço público.

Nesse contexto, os ataques aos trabalhadores do serviço público têm sido sistemáticos. Com a PEC emergencial e a reforma administrativa o serviço público deixará de existir como conhecemos e o nível de precarização aumentará muito, abrindo a possibilidade para contratação de trabalhadores temporários, perda da estabilidade, rebaixamento salarial, etc. O ataque aos trabalhadores dos serviços públicos acontece dentro de um contexto de precarização do setor público como um todo e do desmonte de qualquer possibilidade de assistência ou serviço públicos para a população.

Uma nova crise econômica que jogue o mundo em uma recessão ou depressão pode ter efeitos avassaladores. Além de mais ataques à classe trabalhadora, podem acontecer conflitos comerciais e até guerras entre frações do



capital. A ausência do movimento operário, proletário e independente ao nível mundial é determinante para a grande burguesia avançar por cima dos empregos, dos salários, precarização das relações de trabalho e dos direitos históricos do proletariado mundial, descarregando alguns aspectos da crise econômica nas costas dos trabalhadores, agravando a barbárie e acentuando as tendências cada vez mais autoritárias que estamos convivendo. Neste sistema, nada mais importa além do consumo e o lucro, inclusive a destruição do equilíbrio ecológico do Planeta. A proliferação de doenças proveniente do desequilíbrio ecológico, as guerras e as milhões de mortes, as milhões de pessoas refugiadas, as repressões aos movimentos sociais, o extermínio da população pobre e preta são apenas algumas das demonstrações de como o capitalismo está interessado no lucro em detrimento da vida. Nesse contexto de miséria e destruição, um plano alternativo dos trabalhadores é cada vez mais urgente.

Apesar desse cenário desolador, há reações importantes, como as manifestações no Chile, Bolívia, Europa e em outros lugares do mundo, contra os ataques perpetrados. Apesar desses movimentos se apresentarem como uma classe trabalhadora disforme e ainda não organizada, são as primeiras experiências que podem resultar em processos mais avançados de organização.

Dessa maneira, o SinTUFABC deve procurar reforçar os laços de apoio às trabalhadoras e trabalhadores de todos os países. A solidariedade de classe e o internacionalismo são fundamentais, apenas com unidade, independência, e enfrentamento internacionalista podemos combater as mazelas do capitalismo e sua burguesia imperialista e de fato defender os interesses histórico dos trabalhadores.

## **CONJUNTURA NACIONAL**

A manifestação da crise econômica e política do Brasil é resultado da crise estrutural do capitalismo. Um país de economia desigual e combinada, que convive diretamente com a mais alta tecnologia presente no globo através das principais transnacionais; que vê parte da mais-valia nacional ser levada para os países-sede destas transnacionais aqui instaladas; que teve seu desenvolvimento tardio e de fora para dentro nos marcos do capital financeiro; em que sua revolução



industrial, por assim dizer, se dá com duzentos anos de atraso em relação à revolução industrial clássica da Europa; um país que tem uma burguesia reacionária e consorciada com o imperialismo e que se identifica com posições fascistas em relação ao movimento dos sem-terra, operário e popular.

Após um ano do governo Bolsonaro, os problemas estruturais em que o país se encontrava tiveram um grande aprofundamento, com um governo marcado por uma extremamente autoritária aliada a um projeto econômico neoliberal, tivemos terreno fértil para uma gama vasta de retrocessos.

A Reforma da Previdência, uma das três principais reformas anunciadas pelo governo foi aprovada, com ajuda substancial dos meios de comunicação estabelecidos, que desde 2017 já faziam propaganda da necessidade de modificar o sistema previdenciário, infelizmente com a aprovação da nova reforma definimos um novo marco em perdas de direitos estabelecidos. Além da reforma da previdência também foi aprovada a MP 905 (Carteria Verde-Amarela) que intensifica ainda mais a precarização das relações de trabalho.

Ainda que o discurso oficial seja de que com essas reformas o país voltaria a gerar emprego, a taxa de desemprego média para 2019 foi de 11,9% segundo o IBGE, com um aumento expressivo do trabalho informal, chegando a 41% da população ativa, geralmente em empregos extremamente precários e mal remunerados.

Apesar do discurso oficial, as reformas que foram aprovadas, a burguesia nacional não conseguiu sair da crise estrutural causada pelo capitalismo internacional, o setor da indústria de transformação encolhe a cada trimestre, enquanto a indústria de extração e o sistema financeiro lucram com a crise posta, demonstrando novamente que o intuito do governo Bolsonaro é devolver o país ao século XVIII. Vale lembrar que no ano de 2019 o lucro dos quatro maiores bancos (Bradesco, Itaú Unibanco, Santander e Banco do Brasil) aumentou 14,6%, totalizando R\$ 52,1 bilhões o maior aumento da história.

No campo, os últimos anos também não foi diferente, com o desmanche do IBAMA e ICMBio, afrouxamento da regulação ambiental, a fronteira agrícola da monocultura aumentou, além do latifúndio, madeireiros e mineração ilegal



aprofundaram a destruição das reservas naturais, em especial da região da Amazônia, registrando queimadas e desmatamentos recordes no último ano.

No campo das privatizações, no ano de 2019 foram mais de 96,2 bilhões de reais, obtidos através da venda do Patrimônio Nacional, privatizações empresas de setores estratégicos vendidas na maioria dos casos por um valor abaixo do mercado, com destaque para a privatização da BR Distribuidora onde o “lucro” da venda da empresa foi repartido entre os acionistas.

Na área social, o desmonte nos Serviços Públicos foi intenso, cortes de verba no SUS, o retorno da fila do INSS para obtenção dos benefícios sociais causado pela falta de investimentos e da reposição de servidores, o que levou ao governo propor colocar militares da reserva para atender a população, ação que tende a se mostrar completamente ineficaz para sanar o problema.

Como já afirmado no Congresso do SinTUFABC em 2018, o papel da burocracia sindical foi essencial para o aprofundamento das reformas e ataques contra à classe trabalhadora brasileira. Sua estratégia não é a vitória dos trabalhadores, mas desgastar o governo para uma possível eleição de seus candidatos nas eleições de 2020 e 2022. Mobilizar os trabalhadores contra as medidas que os prejudicam é questionar o próprio funcionamento do sistema, o que não podem fazer, pois fazem parte do sistema.

### **Governo quer destruir a educação**

A redução da verba de custeio e investimentos para a educação pública acontece há vários governos e tem se aprofundado no governo de Bolsonaro. Em 2020 foi anunciado um corte de quase 20 bilhões de reais no orçamento da educação (de 122,9 bilhões para 103,1 bilhões), sendo que o orçamento das universidades federais sofreu um corte de 14,8%. A situação, que já era precária, piorou ainda mais. Junto a isso veio a ameaça, cumprida por algumas reitorias e gerando insegurança nas demais, de não cumprir com qualquer atualização financeira relativo às custas de pessoal, ou seja, estaria proibido qualquer progressão, incentivo e até reajuste de vale-transporte.



Além da questão financeira, intervenções em universidades, ingerência no processo de escolha de reitores e outras iniciativas não vistas nem durante a ditadura militar se tornaram rotina.

Apesar dos cortes na educação e demais serviços públicos, o valor na arrecadação de tributos federais em janeiro (R\$ 174,991 bilhões) foi recorde, observando um aumento real (descontada a inflação) de 4,69% com relação ao mesmo mês em 2019.

Junto a isso, uma campanha sistemática de destruição do serviço público (colocando os funcionários públicos como grandes vilões) é executada, com afirmações e outras iniciativas para jogar a população contra os trabalhadores do setor público.

Assim, faz-se necessário que as Centrais Sindicais (CUT, Conlutas dentre outras), o movimento operário, camponês e estudantil (dos oprimidos em geral) independentes, se unifiquem na luta, preparando uma greve geral por tempo indeterminado pelas reivindicações dos oprimidos.

Todos esses ataques não são exclusividade de um governo (apesar de haver diferenças entre eles), mas uma tendência à concentração de capital e ao autoritarismo que é possível observar no Brasil e em quase todos os outros países do mundo. Assim, uma atuação sindical que se limite à defesa corporativa das demandas de sua categoria, ou uma atuação política que se limite apenas a disputar as eleições só reafirma a lógica do mesmo sistema, devemos denunciar todas as centrais sindicais que não estiverem alinhadas com a emancipação da classe trabalhadora e pela construção da luta com independência de classe.

Amplios setores dos trabalhadores e da juventude são anti-sistema, pois veem esse sistema como o originário das mazelas sociais. Manifestações no Chile, França e em outros países provam o desgaste do sistema de exploração e austeridade. Como não tem alternativa, oportunistas de todos os matizes ideológicos se aproveitam da situação (até Bolsonaro se elegeu com esse viés), mas é preciso fazer essa disputa. Por isso, dizemos que é preciso romper com a lógica corporativa e eleitoral e organizar os trabalhadores de todos os setores, especialmente dos setores produtivos, que se unam para a construção de uma Greve Geral, e que dessa forma inicie a luta contra o sistema capitalista como um todo.



**Por tudo isso, acreditamos que o SinTUFABC deva:**

Ter uma atuação classista e independente do governo e da reitoria;

Comparecimento aos atos de rua que defendem os interesses dos trabalhadores e a garantia de direitos democráticos conquistados, respeitado o direito de crítica e podendo levantar as nossas bandeiras de luta;

Mobilização em torno da defesa incondicional do Plano de Carreiras dos Técnicos Administrativos em Educação - PCCTAE.

Se mobilize pela revogação de todas as medidas de ajuste fiscal e contrarreformas;

Se mobilize contra os ataques ao orçamento e autonomia universitária, bem como pela educação básica;

Reforce os laços de apoio e solidariedade aos(as) trabalhadores(as) e movimentos sociais de todos os países.

Promover uma formação sobre a auditoria da dívida pública aberta à comunidade universitária.



## **GRUPOS DE TRABALHO- TEMÁTICOS**

### **GRUPO DE TRABALHO 01 - CARREIRA, SAÚDE E CONDIÇÕES DE TRABALHO**

#### **Políticas de Capacitação e Qualificação nível nacional:**

- Defesa da carreira dos TAEs garantindo a contratação por concurso público e a estabilidade;
- Defesa de uma Política de Capacitação e de Qualificação Nacional que consiga abranger todos os níveis do nosso plano de carreira e revogação do decreto 9991/2019;
- Criação de diretrizes para o plano anual e respectivos critérios para distribuição do orçamento anual para capacitação e qualificação dos técnicos-administrativos, com autonomia para cada universidade escolher os planos que melhor se adequem;
- Poder de decisão da FASUBRA na escolha das capacitações e qualificações do plano nacional de capacitação;
- Mestrado Profissional: Criação de mestrados profissionais em diversas áreas do conhecimento em todas as Universidades Federais de acordo com demandas apresentadas pela comunidade, com oferta periódica, reserva de vagas ou processo seletivo interno para servidores TA's;
- Valorização e reestruturação das Comissões Internas de Supervisão da Carreira com a criação de diretrizes para todas as IFES e que seja assegurado a liberação de horas dos membros das CIS para dedicação exclusiva para a CIS;
- Criação de repositório on-line pela FASUBRA para compartilhamento das experiências, saberes e procedimentos das CIS;



### **Políticas de Capacitação e Qualificação nível local:**

- Revisão da política institucional, portaria 183/2020, com critérios de aprovação objetivos e democráticos, discutidos com a comunidade. A política deve permitir os critérios serem reavaliados sazonalmente a fim de corrigir possíveis distorções, no âmbito local;
- Retirada imediata da contagem dos servidores que tem afastamento de horas na contagem de servidores afastados para licença, contar entre 20% de cada setor apenas servidores com afastamento integral;
- Quaisquer alterações de procedimento de capacitação devem ser debatidas com a categoria antes de sua implementação, workshop apresentando programa não é debate.

### **Controle de Frequência e Jornada**

- Quaisquer alterações de procedimento de controle de frequência devem ser debatidas com a categoria;
- Defesa da jornada de trabalho de 30 horas, sem redução de salário, defendendo a manutenção dos acordos já estabelecidos e a ampliação para os setores que não possuem.
- Fortalecimento da autonomia da Comissão de Apoio a Flexibilização - CAF, questionando a Reitoria em mesa de negociação a negativa dos relatórios da comissão;
- Modificar o procedimento relativo a controle de frequência quanto às declarações de comparecimento. Hoje os servidores têm que submeter as declarações de comparecimento à chefia imediata, expondo o servidor e sua família. Com relação a afastamentos de licença médica por período maior que um dia, licença para acompanhamento de familiar e perícia, deve-se promover tratamento mais humanizado pela universidade.



### **Política de Remoção/Transferência:**

- Criar política permanente, clara e isonômica de remoção interna e de transferência externa, sem dependência da chefia.

### **Plano de saúde:**

- Aplicação do valor de, no mínimo, 50% do valor do plano de saúde pago pela União, para a manutenção de plano de saúde dos servidores;
- Revisão e reedição do edital de contratação de plano de saúde coletivo, que permita mensalidades acessíveis aos servidores, com qualidade, sob responsabilidade, coordenação e supervisão da SUGEPE.

### **Condições de Trabalho e Saúde**

- Promoção de políticas voltadas para a saúde e a qualidade de vida para os TA's, a ser desenvolvido pelo setor de "Divisão de Saúde e Qualidade de Vida" da Superintendência de Gestão de Pessoas (SUGEPE) e "divisão de esporte e lazer"(PROAP). Como o retorno do pilates e novas ações como seções de ginástica laboral;
  - Promover atividades preventivas, visando à qualidade da saúde física e mental da comunidade acadêmica;
  - Cumprimento das orientações para a "Promoção do Trabalho Decente" (conforme determina a Organização Internacional do Trabalho);
  - Comissões compostas por estudantes, professores, trabalhadores terceirizados, servidores e pela comunidade que discutem e deliberam acerca das políticas de acesso físico e de segurança na universidade, e contra as políticas restritivas de acesso aos espaços públicos: fim das catracas e dos muros;



- Revisar e publicar a análise dos locais de trabalho para verificação das atividades que oferecem riscos à saúde do servidor, com pagamento do adicional de insalubridade e de periculosidade, além de estratégias de adequação para a minimização da exposição dos servidores a riscos;
- Reativação e fortalecimento da Comissão Interna de Saúde do Servidor Público - CISSP.
- Revogação da Orientação Normativa 04/2017. Por um tratamento justo que valorize o profissional em ambiente insalubre;
- Criação pelo SinTUFABC de comitês setoriais para amparo e troca de vivências e experiências.

#### **Pauta específica referente a Federação Nacional (FASUBRA):**

##### Econômico:

- Defesa do PCCTAE, não a reestruturação que tiram direitos;
- Correção salarial com aplicação do índice de 33,9% (FASYBRA- 12/2019).
- Piso salarial de 3 salários-mínimos e Step de 5%;
- Atualização dos valores e isonomia de benefícios;
- Cumprimento dos acordos de greve;
- Defesa da abertura e realização ininterrupta de concursos públicos (RJU - lei 8112/90), para a reposição e a ampliação do quadro de cargos de servidores técnicos administrativos nas Universidades Federais;
- Defesa da estabilidade do servidor público federal.

##### Hospitais Universitários:

- Em defesa dos HUs público, gratuito e de qualidade;
- Não ao corte de verbas dos HUs;



- Em defesa dos direitos e empregos de todos os trabalhadores dos HUs, sejam eles RJU ou de outros regimes.

Aposentados:

- Paridade entre ativos e aposentados;
- Reposicionamento dos aposentados na carreira.

## **GRUPO DE TRABALHO 02 - GRUPO DE TRABALHO: RELAÇÕES SINDICAIS E TERCEIRIZAÇÃO**

### **Imposto Sindical**

Ainda que o Imposto Sindical tenha sido extinto com a Reforma Trabalhista, algumas entidades da burocracia sindical têm tentado aprovar contribuições paralelas similares ou até mais abusivas que o antigo imposto sindical, dessa forma o SinTUFABC se coloca:

• Contra a reforma trabalhista aprovado durante o governo Temer, além da nova proposta de alteração de outros artigos da CLT que o governo Bolsonaro deseja modificar, mas também luta pelo fim do imposto sindical. Lutaremos pela anulação da reforma trabalhista e pelo fim do imposto sindical ou qualquer contribuição compulsória;

• No entanto, caso houver o desconto compulsório, que este valor seja integralmente devolvido PARA TODOS OS TRABALHADORES, na parte que é destinada ao sindicato (60%), independentemente de serem ou não sindicalizados.

### **Trabalho de Base e Formação**

• Aumentar o trabalho de base regularmente: além das reuniões periódicas do Conselho de Representantes Sindicais, o SinTUFABC deve organizar, pelo menos uma vez a cada 2 meses, passagem nos setores combinando previamente a pauta junto aos representantes setoriais;

• Que o SinTUFABC promova atividades de formação política para os servidores, de forma a renovar os quadros sindicais da entidade;



Que o SinTUFABC promova parcerias para realização de projetos de Extensão de formação política tanto para os trabalhadores da base como trabalhadores de outros segmentos.

### **Consciência e Solidariedade de Classe**

Que o SinTUFABC reserve no mínimo 5% da sua arrecadação mensal para um “fundo de solidariedade”, para o apoio da luta dos trabalhadores de sindicatos, movimentos sociais e estudantis, quando não utilizado o valor no mês corrente, buscar-se-á reservar para os meses subsequentes.

### **Instrução Normativa nº 02/2019**

O SinTUFABC se coloca frontalmente contrário a instrução normativa nº 02, no qual caracterizamos o conteúdo do documento como um ataque ao direito de organização dos trabalhadores, sendo assim o SinTUFABC lutará pela anulação da IN, assim como qualquer forma de tentativa de utilização da mesma.

### **Relação com Trabalhadores em Situação de Terceirização**

No congresso de 2018 aprovamos alguns pontos em relação aos trabalhadores em situação de terceirização, entretanto não conseguimos realizar, dessa forma reafirmamos os compromissos além de trazer novos elementos:

- Que o SinTUFABC tenha um material quadrimestral impresso para ser distribuído para os trabalhadores terceirizados;
- Que o SinTUFABC procure promover atividades entre os trabalhadores terceirizados, como já vem sido realizadas em algumas situações (ex. Semana das Mulheres);
- Que o SinTUFABC por meio de sua assessoria jurídica promova uma vez por mês um encontro para aconselhamento e esclarecimento



de dúvidas dos trabalhadores em situação de terceirização quanto a questões trabalhistas e previdenciárias.

Que o SinTUFABC lute para absorção dos trabalhadores em situação de terceirização em nossa base de atuação.

## **GRUPO DE TRABALHO 03 - TRABALHO, GÊNERO, SEXUALIDADE E RAÇA**

*Luta pelos direitos e respeito aos grupos vulneráveis e socialmente oprimidos.*

Estabelecida a luta de classes como questão central para a classe trabalhadora em busca da emancipação coletiva, incorporar o combate contra as desigualdades promovidas por questões de raça, gênero e sexualidade passam a ser responsabilidades da atividade sindical tendo em vista as características que desejamos aprimorar na vida de cada militante, trabalhador, trabalhadora e nas relações de trabalho saudáveis que almejamos.

Uma vez que todos estamos inseridos na sociedade, a pleiteada dignificação das relações de trabalho tem por consequência a modificação da cultura, hoje opressora, nos demais ambientes em que estamos vulneráveis a manifestações de violência.

Ao estabelecer o combate a estes modos de opressão como componentes indissociáveis do formato assumido por nós na luta de classes, caminhamos para a construção de um mundo mais saudável também. Uma vez que todos somos respeitados e dignificados enquanto pessoas, sem quaisquer espécies de discriminações, além de nos tornarmos pessoas mais humanas e solidárias também estaremos aptos a garantir a saúde mental desses hoje oprimidos no ambiente laboral.

Nos últimos anos o SinTUFABC avançou e participou de atividades e pautas relacionadas à igualdade de gênero. Construiu Greves Internacionais das Mulheres, apoiou e participou de discussões e atividades sobre os temas juntamente com outros coletivos e a frente de mulheres da UFABC, apoiou e participou da atividade de Mês das Crianças na UFABC que debateu políticas institucional de



acolhimento, permanência de mães (trabalhadoras e estudantes) e seus filhos e filhas no ambiente acadêmico, bem como condições de trabalho que levem em consideração a maternidade em parceria com o Coletivo de Mães e Pais da UFABC. Também apoiou e contribuiu para diversas ações dos coletivos da universidade. Ainda, fez parte do GT de política de atendimento a mães e pais na UFABC, representado pela coordenadora geral e pela representante sindical. Contribuiu com o GT disponibilizando estudos da assessoria jurídica do SinTUFABC e elaborou uma pesquisa com a categoria sobre o tema, subsidiando o relatório do GT, apresentado no ConsUNI.

Também, promoveu, apoiou e contribuiu nas atividades de aprendizado e debate racial e LGBT.

Nas questões LGBT participou do encontro LBGT da FASUBRA, do Festival das Diversidades Prisma UFABC, participou como colaborador do Natal das Trans na Avenida Industrial realizado pelo Coletivo Prisma. Junto a FASUBRA acompanhamos e votamos pela criação da Coordenação LGBT e em participação das plenárias cobramos, criticamos e incentivamos o uso desta coordenação sem desvio de finalidade e sim para seu fim específico.

Assim, propomos uma luta orientada às necessidades específicas de cada grupo, mesmo entendendo as conquistas porvindouras derivadas como importantes ao montante da sociedade.

**Eixo: Machismo** - Garantir equidade de Gênero e o Combate ao Assédio Sexual no ambiente de trabalho e acadêmico;

**Eixo: Racismo** - Inclusão e equidade de oportunidades de Pretos, Pardos e Indígenas (PPI) no ambiente de trabalho e acadêmico;

**Eixo: LGBT** - Inclusão e equidade de oportunidades da diversidade sexual no ambiente de trabalho e acadêmico;

**Eixo: PcD** - Inclusão, equidade de oportunidade e integração de pessoas com deficiência (PCD) no ambiente de trabalho e acadêmico;



**Eixo: Parentalidade e Trabalho** - Conciliação do Trabalho com os cuidados com a família.

- Continuar e ampliar a relação da coordenação executiva, conselho de representantes sindicais e categoria com os coletivos da UFABC e externos para discutir políticas em relação a questões raciais, diversidade sexual, de mulheres, pessoas com deficiência e com sofrimento psíquico intenso.
- Realizar formação política e teórica com a participação da coordenação executiva, conselho de representantes sindicais e categoria acerca dos eixos elencados neste documento.
- Estimular e participar das discussões com os coletivos, entidades representativas e representantes das categorias da comunidade acadêmica, com a finalidade de cobrar à UFABC a criação da Comissão de Direitos Humanos com o objetivo de acompanhar e prevenir casos de violação aos direitos humanos na Universidade.

Atuar em parceria com os coletivos locais com o intuito de apoiar cotas para negros nos concursos e processos seletivos que não se encaixam na legislação de cotas atual devido ao pequeno número de vagas e inserir cotas para indígenas e transexuais nos concursos e processos seletivos da UFABC, cobrando dos órgãos da Universidade responsáveis pela contratação de estagiárias (os) e trabalhadores(as) em situação de terceirização, uma política de seleção transparente para os postos de trabalho para evitar a estereotipização de gênero, raça, dentre outros, quanto a ocupação destes postos laborais.

- Exigir a implantação das ações previstas no Relatório do Grupo de Trabalho de Mães e Pais, conforme recomendação aprovada pelo Conselho Universitário e inclusão dos terceirizados nas ações propostas.



- Continuar acompanhando a pauta de reivindicações do coletivo de mães e pais da UFABC para apoiar e reivindicar ações concretas da reitoria.
- Avaliar a Pauta de Reivindicações dos TAS, em especial o eixo: “Trabalho, Gênero e Raça” aprovado em assembleia e enviada aos candidatos à Reitoria durante o período eleitoral, para cobrança do cumprimento das pautas pertinentes;
  - Que o SinTUFABC promova discussão das temáticas que envolvam as PcDs;
  - Realizar atividades sobre os eixos definidos neste documento e suas relações dentro do movimento sindical e na sociedade, bem como que o SinTUFABC publique ou compartilhe nos meios de comunicação do Sindicato informações sobre questões raciais, diversidade sexual ou de mulheres.